

BANCO SEMEAR S.A – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

BANCO SEMEAR S.A – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO
PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021**

CONTEÚDO

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	3
QUADRO 1 – Balanço patrimonial consolidado	7
QUADRO 2 – Demonstração do resultado consolidada	9
QUADRO 3 – Demonstração do resultado abrangente consolidada	10
QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidada	11
QUADRO 5 – Demonstração dos fluxos de caixa consolidada	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Conglomerado Prudencial Banco Semear S.A (“Conglomerado”), em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras do seu Conglomerado Prudencial relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, conforme legislação pertinente.

Com a intenção de ter uma gestão mais efetiva do caixa, a Administração do Conglomerado Semear resolveu criar o “Fundo Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior” cuja data de constituição foi 19 de março de 2021 e a data de registro do Fundo na CVM foi em 23 de março de 2021, conseqüentemente essas demonstrações financeiras serão a primeira e não haverá informações comparativas com períodos anteriores.

O Conglomerado Prudencial (“Conglomerado” ou “Instituição”), Conglomerado múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Conglomerado atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Conglomerado atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Conglomerado oferece, também, o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 60,4% da carteira total, e a carteira varejo 52,8%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor representa 44,8%, Empréstimo Pessoal 7,9% e Empréstimo Consignado 0,1%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 39,6% do total e é composta por Crédito PJ e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 35,9%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 8,1% da carteira de crédito total do Conglomerado.

Captações

A carteira de captação totalizou R\$858,5 milhões, pulverizadas entre correntistas, distribuidores e o Bacen, através da Letra Financeira Garantida (LFG), emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.

Desempenho Econômico-Financeiro

Lucro Líquido

O Conglomerado Prudencial fechou o primeiro semestre de 2021 apresentando um lucro líquido consolidado no montante de R\$6,6 milhões.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 10,8% a.a. Comparando o ROAE em % do CDI, o retorno foi de 421,6% do CDI.

Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado de intermediação financeira, antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o semestre em R\$55,9 milhões.

Desempenho Patrimonial

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre em R\$129,0 milhões.

Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2021 foi de 13,45%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico.

A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar de um contexto de mercado com pequeno crescimento e os efeitos adversos da pandemia do coronavírus, os resultados alcançados neste primeiro semestre de 2021 refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios. Assim, ensejamos uma ótima perspectiva para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

RELATÓRIO MG – 2021/109

Aos

Administradores e aos Acionistas do
Banco Semear S.A. (“Banco”)
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do **Conglomerado Prudencial do Banco Semear S.A. (“Conglomerado Prudencial”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº: 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa nº: 2 - “Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **Conglomerado Prudencial do Banco Semear S.A.** em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº: 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº: 2 - “Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial” às referidas demonstrações.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao **Conglomerado Prudencial do Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº: 2 - “Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial” que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº: 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Adicionalmente, conforme citado na nota explicativa nº: 1 - “Contexto operacional”, o Semear Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior foi constituído em 19 de março de 2021, razão pelo qual demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não estarem sendo apresentadas de forma comparativas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do Banco Semear S.A.

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº: 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº: 2 - “Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº: 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Conglomerado Prudencial e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2021.



Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1
BANCO SEMEAR S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	30/06/2021
Circulante		800.754
Caixa e equivalentes de caixa	4	169.455
Instrumentos financeiros		612.090
Títulos e valores mobiliários	5	151.226
Relações interfinanceiras		2.189
Pagamento e recebimentos a liquidar		1.852
Depósitos no Banco Central		294
Correspondentes		43
Carteiras de crédito	6	454.088
Operação de crédito		456.776
Outros créditos com característica de concessão de créditos		25.647
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(28.335)
Outros ativos financeiros	7	4.587
Rendas a receber		771
Diversos		4.141
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(325)
Outros ativos	9	19.209
Outros valores e bens		17.709
Despesas antecipadas		1.500
Não circulante		259.768
Instrumentos financeiros		122.467
Carteiras de crédito	6	98.000
Operação de crédito		64.382
Outros créditos com característica de concessão de créditos		40.838
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(7.220)
Outros ativos financeiros	7	24.467
Diversos		27.252
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.785)
Créditos tributários	8	92.163
Investimentos		422
Imobilizado de uso		977
Outras imobilizações de uso		3.182
(-) Depreciação acumulada		(2.205)
Intangível		461
Ativos intangíveis		2.900
(-) Amortização acumulada		(2.439)
Outros ativos	9	43.278
Despesas antecipadas		43.278
Total do ativo		1.060.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 1 (Página 2)**BANCO SEMEAR S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL****BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO****EM 30 DE JUNHO DE 2021****(Em milhares de Reais)**

PASSIVO	Notas explicativas	30/06/2021
Circulante		374.918
Passivos financeiros		374.918
Depósitos	10	317.728
Depósitos à vista		15.082
Depósitos a prazo		302.646
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	15.010
Relações interfinanceiras		360
Instrumentos financeiros derivativos		50
Outros passivos financeiros	12	41.770
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.108
Fiscais e previdenciárias		2.124
Carteira de câmbio		1.134
Diversas		37.046
Receitas antecipadas		358
Não circulante		556.619
Passivos financeiros		529.768
Depósitos	10	525.733
Depósitos a prazo		525.733
Outros passivos financeiros	12	4.035
Diversas		3.712
Receitas antecipadas		323
Provisões	14	26.851
Patrimônio líquido	15	128.985
Capital social		106.711
De domiciliados no país		106.711
Reserva legal		3.436
Reserva de retenção de lucros		18.838
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.060.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**BANCO SEMEAR S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA DO SEMESTRE FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de Reais)**

	Notas explicativas	30/06/2021
Receitas de intermediação financeira		75.799
Operações de crédito	6g	65.274
Outros créditos com característica de concessão de créditos	6g	6.344
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	4a	1.988
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	1.914
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	5c	(330)
Resultado com operações de câmbio		609
Despesas de intermediação financeira		(19.896)
Operações de captação no mercado	10a	(19.896)
Resultado bruto da intermediação financeira		55.903
Resultado de provisões para perdas		(14.644)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6c	(14.644)
Outras receitas (despesas) operacionais		(32.906)
Receitas de prestação de serviços	15	891
Rendas de tarifas bancárias	15	1.228
Despesas de pessoal	16	(10.292)
Outras despesas administrativas	17	(22.456)
Despesas tributárias	18	(6.257)
Outras receitas operacionais	19	10.044
Outras despesas operacionais	20	(6.064)
Resultado operacional		8.353
Resultado não operacional		(1.236)
Outras receitas		833
Outras despesas		(2.069)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		7.117
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(536)
Imposto de renda	21	918
Contribuição social	21	487
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	21	(1.941)
Resultado do semestre		6.581
Resultado líquido por ações - R\$		0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

BANCO SEMEAR S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA DO SEMESTRE FINDO

EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>
Resultado do semestre	<u>6.581</u>
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>6.581</u></u>
Resultado líquido por ações - R\$	<u><u>0,05</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4**BANCO SEMEAR S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA PARA O SEMESTRE FINDO****EM 30 DE JUNHO DE 2021****(Em milhares de Reais)**

	Reservas de Lucro				Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro	Lucros acumulados	
Saldos inicial 31/12/2020	106.711	3.107	12.586	-	122.404
Resultado do semestre	-	-	-	6.581	6.581
Constituição de reserva legal	-	329	-	(329)	-
Reclassificação para reserva de retenção de lucros	-	-	6.252	(6.252)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	106.711	3.436	18.838	-	128.985
Mutações do período	-	329	6.252	-	6.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**BANCO SEMEAR S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) CONSOLIDADA PARA O SEMESTRE FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

Descrição	30/06/2021
Fluxo de caixa proveniente das operações	
Resultado do semestre	6.581
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:	
Depreciação	114
Amortização	762
Resultado na baixa do intangível	1.728
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	13.310
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	1.334
Imposto de renda e contribuição social diferido contribuições	1.940
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	(504)
Provisão para pagamentos a efetuar	190
Provisão para passivos contingentes	(1.755)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.405)
	15.714
Resultado do período ajustado	22.295
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Redução (aumento) nos ativos:	
Títulos e valores mobiliários	(30.598)
Operações de crédito	(69.666)
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7.914
Outros ativos financeiros	6.953
Outros valores e bens	(3.400)
Relações interfinanceiras e interdependências	(1.894)
	(90.691)
Aumento (redução) nos passivos:	
Depósitos	206.316
Recursos de aceites e emissão de títulos	(31.332)
Relações interfinanceiras	360
Provisões para passivos contingentes	(1.624)
Instrumentos financeiros derivativos	50
Outras passivos financeiros	(4.605)
	169.165
Impostos de renda e contribuição social pagos antecipadamente	(1.351)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	99.418
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Ajustes no Investimento	(105)
Aquisição no imobilizado de uso	(164)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(269)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	99.149
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	70.306
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	169.455
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	99.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A., em conjunto com seu fundo controlado, é um Banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos e insumos agropecuários.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de créditos.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

O **Conglomerado Prudencial (“Conglomerado”)** é composto pelo **Banco Semear S.A.** e pelo **Semear Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior**. O Semear Fundo foi constituído em 19 de março de 2021. Conseqüentemente, estas Demonstrações financeiras Consolidadas são as primeiras apresentadas após a sua constituição, e não estão sendo apresentadas de forma comparativas.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Semear S.A. foram elaboradas de acordo com Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013 e Circular Bacen nº 3.701 de 13 de março de 2014, e atendem os propósitos específicos da referida Resolução. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conglomerado Prudencial do Banco Semear atende aos dispostos nas Resoluções CMN nº 4.720/2019 e BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco Semear S.A., os do Semear Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior. Com relação ao Fundo, foram eliminados os saldos de contas mantidas pelo Conglomerado Prudencial do Banco Semear, assim como os valores a receber e pagar, as receitas e despesas entre as entidades que compõem o Conglomerado.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144 /2012** - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 3.959/2019** – Resultado por ação – (CPC 41)
- **Resolução nº 4.748/2019** – Mensuração do valor justo – (CPC 46).
- **Resolução nº 4.877/2020** – Benefícios a empregados – (CPC 33 R1)

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Conglomerado Prudencial e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no período findo em 30 de junho de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 8** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 13** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Semear contemplam a controlada Semear Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior. No processo de consolidação foram eliminados os saldos patrimoniais, contas de receitas e despesas entre os mesmos.

A consolidação começou a partir da data em que foi adquiridas a cotas até a data em que as mesmas forem vendidas.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de agosto de 2021.

3 Principais políticas contábeis adotadas

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pre-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos

são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 5).

- ii. **Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

O Conglomerado Prudencial também levou em consideração na mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 30 de setembro de 2020, em função da pandemia da Covid19, para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 9).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e

os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Conglomerado Prudencial ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 9).

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado Prudencial ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 10).

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante, conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: **(a)** prováveis, para os quais são constituídas provisões; **(b)** possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e **(c)** remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.

- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e reflete-se o resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Conglomerado Prudencial por ex-funcionários do próprio Conglomerado Prudencial, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco possível, sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 13).

I. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para Conglomerado em 5% (cinco por cento). A referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos oriundos de CSLL a ser constituídos sob as novas regras.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

m. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

o. Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>
Disponibilidades	
Em moeda nacional	596
Em moeda estrangeira	990
Subtotal de disponibilidades	1.586
Aplicações interfinanceiras de liquidez	167.869
Total	<u>169.455</u>

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é como segue:

	<u>30/06/2021</u>
Posição Bancada	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	86.297
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	81.572
Total	<u>167.869</u>
Circulante	167.869

As aplicações interfinanceiras de liquidez, referem-se a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento. No caso do Conglomerado, referem-se a aplicações de operações compromissadas, grupo 1.2.1., que são revendidas no dia seguinte.

a. Resultado com aplicação interfinanceira de liquidez

	<u>30/06/2021</u>
Posição bancada	1.986
Depósitos interfinanceiros	2
Total	<u>1.988</u>

5 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a) Composição

	<u>30/06/2021</u>
Carteira própria – Livres	148.174
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	148.175
Vinculados à prestação de garantias	3.051
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.051
Total	151.226

b) Classificação por tipo de títulos e vencimentos

	<u>30/06/2021</u>				
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>	<u>Valor mercado/ Contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.252	51.149	84.825	151.226	153.190
Total	15.252	51.149	84.826	151.226	153.190

Para fins de publicação, os títulos classificados como “Títulos para negociação” devem ser apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 o Conglomerado obteve rendas com títulos de renda fixa no montante de R\$1.914. Durante o semestre de 2021 o Conglomerado efetuou operações de Hedge, para proteção de variação cambial, que geraram prejuízos acumulados no semestre, no valor total de R\$330.

6 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	30/06/2021	
	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	205.853	35,0%
Adiantamento A Depositantes	19	
Conta Garantida	1.285	0,2%
Crédito Pessoal	47.569	8,1%
Crédito Direto ao Consumidor	266.253	45,3%
Financiamento imobiliário	179	
Total de operações de Crédito	521.158	
Circulante	456.776	
Não Circulante	64.382	
Créditos por avais e fianças honrados	442	0,1%
Devedores Por Compra de Valores e Bens	20.911	3,6%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	26.532	4,5%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Cartão de Crédito	18.600	3,2%
Total de outros créditos com característica de concessão de créditos	66.485	
Circulante	25.647	
Não Circulante	40.838	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	587.643	100,0%
Circulante	482.423	
Não Circulante	105.220	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operação de crédito	(31.422)	
Circulante	(27.293)	
Não Circulante	(4.129)	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Outros créditos	(4.133)	
Circulante	(1.042)	
Não Circulante	(3.091)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(35.555)	
Circulante	(28.335)	
Não Circulante	(7.220)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	552.088	
Circulante	454.088	
Não Circulante	98.000	

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	30/06/2021	
		Carteira	Provisão
AA		17.138	-
A	0,5%	384.639	(1.923)
B	1,0%	78.654	(787)
C	3,0%	40.422	(1.213)
D	10,0%	26.900	(2.690)
E	30,0%	10.484	(3.145)
F	50,0%	5.024	(2.512)
G	70,0%	3.656	(2.559)
H	100,0%	20.726	(20.726)
Totais		587.643	(35.555)
Circulante		482.423	(28.335)
Não Circulante		105.220	(7.220)
Total		587.643	(35.555)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2021
Saldo no início do período	55.271
Constituição - operação de créditos	69.915
Reversão - operação de créditos	(55.271)
Subtotal - registrado como despesa	14.644
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(34.360)
Saldo no final	35.555

d. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	30/06/2021	
	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros	442	0,1%
Indústria	38.782	6,6%
Comércio	49.982	8,5%
Serviços	138.337	23,5%
Pessoa física	360.100	61,3%
Totais	587.643	100,0%

e. Carteira por faixa de vencimento

Prazos de vencimento	30/06/2021	
	Carteira	% da Carteira
Vencidas	38.717	6,7%
A vencer até 30 dias	73.939	12,6%
A vencer de 31 a 60 dias	83.660	14,2%
A vencer de 61 a 90 dias	69.581	11,8%
A vencer de 91 a 180 dias	112.529	19,1%
A vencer de 181 a 360 dias	103.997	17,7%
A vencer após 360 dias	105.220	17,9%
Totais	587.643	100,0%

f. Concentração da carteira

	30/06/2021	
	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	100.940	17,2%
20 maiores devedores seguintes	74.491	12,7%
50 maiores devedores seguintes	55.855	9,5%
100 maiores devedores seguintes	20.098	3,4%
outros	336.259	57,2%
Total	587.643	100,0%

g. Resultado com operações de crédito

(i) Operações de créditos

	30/06/2021
Rendas de empréstimos	31.534
Rendas de financiamentos	81.074
Rendas de financiamentos habitacionais	6
Rendas financiamento de devedores por compra de valores e bens	1.871
Recuperação de créditos	6.290
Renda bruta de operações crédito(a)	120.775
(-) Comissões sobre operações de crédito	(55.501)
Total	65.274

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	30/06/2021
Rendas de aquisição de crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	3.826
Rendas de aquisição de crédito - Recebíveis de Cartões de Créditos	753
Rendas de fiança honrada	62
Recuperação de créditos	1.703
Outros	-
Total	6.344

h. Outras informações de operações de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2021, houve operações de créditos renegociadas, no montante de R\$37.261, com saldo de provisão de R\$3.012 e saldos recuperados de R\$6.290. As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

7 Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	<u>30/06/2021</u>
Devedores por depósito em garantia:	
Recursos fiscais	15.506
Depósitos ações cíveis	1.113
Recursos Trabalhistas	1.414
Outros depósitos judiciais	779
Subtotal devedores por depósito em garantia	18.812
Impostos e contribuições a compensar – IPRJ e CSSL	8.427
Devedores diversos – País:	
Baixas em operações de crédito a processar	2.236
Baixas em operações de crédito – confissão de dívida	967
Outros devedores diversos	311
Subtotal – Devedores diversos - País	3.514
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.110)
Rendas a receber	771
Diversos	640
Total	29.054
Circulante	4.587
Não circulante	24.467

8 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

	30/06/2021		
	IRPJ	CSLL	
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	15.166	21.843	991
Diferenças temporárias	183.805	162.948	20.857
Total base de diferimento	198.971	184.791	21.848
Alíquota	25%	20%	25%
Crédito tributário diferido atual	49.743	36.958	5.462
Total Imposto de Rende e Contribuição Social	92.163		

	IRPJ	CSLL
Movimentação do crédito tributário:		
Saldo inicial	51.559	42.555
Constituição de diferenças temporárias	4.351	3.481
Constituição de diferenças temporárias- mudança de alíquota	-	1.043
Realização de diferenças temporárias	(9.959)	(7.967)
Varição líquida na movimentação das diferenças temporárias	(5.608)	(3.443)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	3.792	3.061
Constituição de base negativa - mudança de alíquota	-	247
Varição líquida na movimentação do Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSSL	3.792	3.308
Saldo Final	49.743	42.420

Para efeito de apuração do crédito tributário sobre a Contribuição Social sobre o Lucro, a qual sofreu majoração da alíquota em 5%. Aplicamos alíquota proporcional e consideramos a expectativa de realização até 31 de dezembro de 2021.

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Conglomerado, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Conglomerado, periodicamente revisto pela Administração.

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	30/06/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	3.592	3.016
2º Ano	10.967	8.774
3º Ano	7.716	6.172
4º Ano	5.980	4.937
5º Ano	4.578	2.508
Acima de 5 anos	16.818	15.815
Totais	49.651	42.122

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,23% a.a., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	30/06/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	3.445	43.756
2º Ano	9.807	7.846
3º Ano	6.478	5.183
4º Ano	4.714	3.892
5º Ano	3.389	1.857
Acima de 5 anos	11.691	10.992
Totais	39.524	33.526

9 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	30/06/2021
Outros valores e bens	53.899
Material em estoque	69
Bens não de uso próprio	53.830
Bens não de uso próprio (a)	55.200
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1.370)
Despesas antecipadas	8.588
Serviços de terceiros	1.178
Comissões pela captação de títulos	133
Deságio por intermediação de CDB	7.277
Total	62.488
Circulante	19.209
Não circulante	43.278

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

10 Depósitos

	30/06/2021				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Depósitos à vista	15.082	-	-	-	15.082
Depósitos a prazo (i)	-	28.254	274.392	525.733	828.379
Total	15.082	28.254	274.392	525.733	843.461
Circulante					317.728
Não circulante					525.733

- (i) Os dois maiores clientes representam 62,52% e 16,26%, respectivamente, do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no Conglomerado para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 62% da carteira por vencimentos acima de 360 dias, cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

a) Despesas com operações de captações no mercado

	30/06/2021
Despesas de depósitos a prazo	(17.036)
Despesas de comissão pela captação	(1.569)
Outras despesas de captação	(1.291)
Despesas de captação	(19.896)

11 Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras de crédito imobiliário	3.375	1.475	-	4.850
Letras financeiras garantidas	-	10.160	-	10.160
Total	3.375	11.635	-	15.010

12 Outros passivos financeiros

	30/06/2021
Cobrança e arrecadação de tributos	1.108
Carteira de câmbio	1.134
Contribuições fiscais e previdenciárias	2.124
Cheque administrativo	13
Provisão despesas administrativas:	
Despesas com pessoal	3.202
Comissão com equalização de produto CDC-E	24.982
Provisão para prestadores de serviços	2.915
Subtotal provisão despesas administrativas	31.112
Acordos operacionais	3.212
Serviços de correspondentes a pagar	1.722
Créditos a baixar de operações de crédito	1.202
Contratos de operações de crédito a liberar	990
Fornecedores	888
Crédito antecipado da carteira de recebíveis	621
Outros credores diversos	902
Subtotal Credores diversos - País (c)	9.537
Outros passivos financeiros	787
Total	45.805
Circulante	41.770
Não circulante	4.035

13 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	30/06/2021
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.858
Provisão para riscos cíveis (a)	1.069
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	20.926
Total – Não Circulante	26.853

a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Conglomerado entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis.

As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	1.407	1.107	2.514	4.592	3.102	7.694
Adições	7	6	13	308	1.664	1.972
Baixas	-	-	-	(42)	(3.697)	(3.739)
Saldo em 30/06/2021	1.414	1.113	2.527	4.858	1.069	5.927

b) Provisões fiscais e previdenciárias

	30/06/2021
Provisão para PIS (i)	14.874
Provisão para INSS (ii)	3.169
Provisão para imposto de renda (iii)	1.306
Provisão para contribuição social (iii)	1.577
	20.926

(i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$14.874, conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 7 - Outros ativos financeiros.

(ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.

(iii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R\$ 1.179 e R\$ 1.172, respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social referem-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R\$104 e adições na conta de provisões no valor de R\$142.

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$4.162.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$106.711, representado por 66.003 mil ações ordinárias nominativas e 66.003 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Por proposta da Administração, foram destinados R\$329 para reserva legal, não houve provisão para juros sobre capital próprio.

Relativamente ao saldo restante do lucro do período, no montante de R\$ 6.252, foi reclassificado para reserva de retenção de lucros para destinação futura, com o objetivo de proteção e fortalecimento do capital próprio do Conglomerado.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

d. Reserva de retenção de lucros

No período, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros, a Administração do Conglomerado optou por amortizar o saldo remanescente do resultado na Reserva de Retenção de Lucros.

15 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>
Receitas de prestação de serviços	
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	765
Rendas de garantias prestadas	78
Outras receitas de prestação de serviços	48
Total	<u>891</u>
Rendas de tarifas bancárias	
Receitas de confecção de cadastro - PJ	810
Outras tarifas	418
Total	<u><u>1.228</u></u>

16 Despesas com pessoal

	<u>30/06/2021</u>
Proventos + Honorários Diretoria	7.031
Encargos sociais	1.938
Benefícios	1.323
Despesas de pessoal:	<u><u>10.292</u></u>

17 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.217)
Despesas de processamento de dados	(8.119)
Despesas de localização e funcionamento	(1.281)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.915)
Despesas de marketing	(486)
Despesas de emolumentos judiciais	(1.475)
Despesas de serviços do SFN	(862)
Despesas de indenizações judiciais	(318)
Despesas com amortização	(762)
Despesas com depreciação	(114)
Demais despesas administrativas	(907)
Outras despesas administrativas	<u><u>(22.456)</u></u>

18 Despesas tributárias

	<u>30/06/2021</u>
COFINS	(4.888)
PIS	(809)
ISSQN	(119)
ITBI/IPTU	(389)
Outros tributos	(52)
Despesas tributárias	<u><u>(6.257)</u></u>

19 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	29
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	3.697
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	42
Taxa de permanência no recebimento de créditos	3.230
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.429
Recuperação de encargos e despesas	250
Variações monetárias ativas	194
Outras rendas operacionais	173
Outras receitas operacionais	<u>10.044</u>

20 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>
Despesas com acordos imobiliários	1.576
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	1.256
Variação monetária passiva	247
Despesas com atualizações de impostos e contribuições	39
Provisões para pagamentos a efetuar	219
Provisão para contingências - Trabalhistas	309
Provisão para contingências - Ações cíveis	1.675
Outras despesas operacionais	743
Outras despesas operacionais	<u>6.064</u>

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30/06/2021	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	7.116	7.116
Adições (exclusões) permanentes	126	126
Diferenças temporárias ativas diferidas	(22.430)	(22.430)
Diferenças temporárias passivas diferidas	22	22
Resultado líquido ajustado	(15.166)	(15.166)
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	-	-
Base de cálculo tributável (c)	-	-
Efeito da "Lei do bem"	918	487
Totais dos impostos correntes	918	487
Base de cálculo tributável (b)	22	22
Passivo fiscal diferido (1)	6	4
Base de cálculo tributável (a)	(22.430)	(22.430)
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (e)	-	20.860
Diferenças temporárias (2)	(5.608)	(3.443)
Base de cálculo tributável (d)	15.165	15.165
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (e)	-	991
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	1.125
Prejuízo fiscal/base negativa (3)	3.792	3.308
Ativo fiscal diferido (2+ 3)	(1.816)	(135)
Total imposto de renda e contribuição social	(1.810)	(130)

(*) Efeito da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido instituído pela Medida Provisória nº 1.034 DE 01/03/2021.

22 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	30/06/2021				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	101	565	-	(1.039)
Outras partes relacionadas (1)	23.194	1.161	15.878	477	(5.375)
Total	23.194	1.262	16.443	477	(6.414)

1) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R\$4.849, em 2021.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 132% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de junho de 2022.

Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$23.194 com provisão no total de R\$3.176, referem-se ao saldo em 30 de junho de 2021 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 6.
- Depósitos à vista representados por R\$361 de pessoa física e R\$865 por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$7.676 de pessoas físicas e R\$10.284 por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$377 de pessoas físicas.

O Conglomerado não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

23 Resultados não recorrentes

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como, as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização. ão houve resultados não recorrentes durante o primeiro semestre de 2021.

24 Gestão de riscos e capital

O Conglomerado vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um Conglomerado sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Conglomerado efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Conglomerado opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

b. Risco de Liquidez

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

c. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Conglomerado em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Conglomerado é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades ; e (v) testes de aderências (Backtesting).

d. Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional do Conglomerado é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição. O gerenciamento do risco operacional do Conglomerado encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

Qualitativa

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Conglomerado.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Conglomerado como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (v) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vi) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Conglomerado para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o 1º semestre de 2021 com índice de Basileia de 13,45%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento
Relativamente ao RWA**

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Patrimônio de Referência (PR)	107.163	119.983
Patrimônio de Referência Nível I	107.163	119.983
Capital Principal – CP	107.163	119.983
Ativos Ponderados por Risco - RWA	796.659	634.743
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD	655.874	562.639
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	77.541	136
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	63.243	71.968
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	35.849	28.563
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	47.799	38.085
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	63.732	50.779
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	71.131	91.420
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	59.363	81.899
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	43.430	69.204
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	13,45%	18,90%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,45%	18,90%
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,45%	18,90%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular Bacen nº 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

g. Análise de Sensibilidade

g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Conglomerado (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Conglomerado: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários (Base 30 de Junho de 2021)	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 10%.
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 40% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 20%.
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%.

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do semestre de 2021 são os seguintes:

INDICADOR	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
CAIXA	151.158	150.392	149.652	150.947
RESULTADO	1.981	1.801	1.584	1.273
PL	127.542	127.104	126.628	126.058
BASILEIA	13,27%	13,18%	13,08%	12,96%

Em todos os cenários realizados, mesmo no mais pessimista de todos, o Conglomerado mantém níveis de liquidez, de Patrimônio Líquido e Índice de Basileia adequados à sua atividade.

g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado

O Conglomerado acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do Conglomerado, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Valores em milhares de Reais

Mtm em normalidade	144.961,37		
Choques por bases point	Cenário	MtM em Estresse	Delta
-400 bps	Gravíssimo	112.776	-32.185
-300 bps	Grave	121.125	-23.837
-200 bps	Moderado	129.287	-15.674
-100 bps	Leve	137.239	-7.723
+100 bps	Leve	152.442	7.481
+200 bps	Moderado	159.673	14.712
+300 bps	Grave	166.650	21.688
+400 bps	Gravíssimo	173.371	28.409

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus

- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Conglomerado executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para dez dias.
- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo apresentamos apenas os fatores de risco onde foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Valores em milhares de Reais

Fator de Risco	Percentil		Percentil		
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)			
Cupom de IGP-M	3.466	1.735	7%	16%	47%
Cupom de IPCA	4.730	1.851	2%	4%	10%
PRÉ	-51.657	-28.840	0%	-1%	-1%

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus

h. Gerenciamento de Continuidade de Negócio

Para Gerenciamento de Continuidade fazemos o acompanhamento das carteiras e negócios do Conglomerado, visando proteger a imagem e reputação assim como oferecer maior segurança para clientes, parceiros e acionistas, minimizando perdas financeiras e assegurando o nível adequado da estabilidade organizacional.

A Continuidade de Negócios no Conglomerado contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção e a gestão, por meio de análises, estratégias, treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

25 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Conglomerado constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

b) Combate aos efeitos da COVID-19

Durante o ano de 2020, o mundo foi assolado pela proliferação do vírus COVID-19 – Coronavirus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio afetando, especialmente, idosos e pessoas com problemas crônicos de saúde. A Organização Mundial da Saúde a considerou como pandemia mundial. O Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas com o intuito de atenuar estes efeitos na economia brasileira, tanto para a população quanto para as instituições financeiras. Diante desse cenário, a Administração vem agindo de forma rápida e efetiva para minimizar os impactos advindos da pandemia na instituição.

Diante de tudo isso, o Conglomerado vem seguindo todas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS com o intuito de minimizar a proliferação do vírus entre os colaboradores, os clientes e a comunidade.

Como é de extrema dificuldade saber o efetivo impacto sobre o risco de crédito, risco de liquidez e nas operações de crédito fruto da atual circunstância em nosso negócio e prever todas as situações, a Administração está agindo de forma rápida para minimizar seus efeitos na instituição, da seguinte forma:

- Foi criado um comitê de crise para definições urgentes e com reuniões frequentes.
- Foram definidas três frentes emergenciais de atuação:
 - Originação: foco em garantir a entrada de operações no curto prazo e no médio prazo, tanto em operações de crédito quanto em aplicações financeiras.
 - Recebimentos: foco no monitoramento das receitas, atuando de forma instantânea em caso de inadimplência, minimizando o aumento do risco de crédito e liquidez.
 - Redução de Despesas: reavaliação de todos os contratos em andamento, cancelamento de admissões e projetos com foco no longo prazo, análise das principais linhas de despesas, para traçar um plano de redução.
- Em termos de funcionamento, foi definido um número mínimo de estrutura necessária para operacionalizar o Conglomerado com segurança – estes ficam fisicamente presentes – e privilegiar o trabalho remoto, home office, para as atividades que não comprometam o dia a dia do Conglomerado.
- As políticas de crédito foram ajustadas para minimizar os efeitos da inadimplência esperada para esta situação.
- Com relação à liquidez, foram realizadas captações em novas linhas regulamentadas pelo Bacen, como o DPGE e a LFG.

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Conselheiro

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa
Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Diretor-presidente

Arthur Soares Campos
Diretor

Lucas Thaislo Faria
Diretor

Mônia Alves de Souza
Diretora

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2
